

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS MOSSORÓ

Estudo Técnico Preliminar 9/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23093.001688.2025-15

2. Descrição da necessidade

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência.

A necessidade que originou esta demanda está relacionada ao pleno funcionamento e à eficiência das atividades desenvolvidas nos diversos setores do IFRN- Campus Mossoró, garantindo que os serviços essenciais de apoio operacional estejam continuamente disponíveis para suportar as demandas administrativas, de manutenção, alimentação e serviços gerais. Observou-se a presença de situações recorrentes em que a ausência ou insuficiência de profissionais responsáveis por funções auxiliares comprometia o andamento regular das rotinas institucionais, o bom atendimento ao público, a integridade das instalações físicas e o cumprimento das metas institucionais.

Todas essas demandas estão intrinsecamente relacionadas ao interesse público, ao passo que atendem à necessidade de manter o funcionamento adequado dos setores internos e externos da instituição, assegurando qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços ofertados à população. O atendimento a essas necessidades contribui diretamente para a efetividade das políticas públicas, o cumprimento das funções institucionais, a preservação do patrimônio público e o atendimento digno e eficiente dos usuários dos serviços, evidenciando o caráter essencial desta demanda para o interesse coletivo.

A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas. Conforme disposição do artigo 7º da IN nº 5/2007 da SLTI do MPOG “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”. Portanto, o processo licitatório terá como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de auxiliar de cozinha, auxiliar em saúde bucal, auxiliar de serviços de manutenção, copeiro, cozinheiro, eletricitista jardineiro, pedreiro e porteiro, com dedicação exclusiva de mão de obra.

O pedido de abertura do presente processo licitatório se justifica em razão das notificações e eminente processo de rescisão contratual com a empresa CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, CNPJ 02.567.270/0001-04, tendo em vista que as empresas remanescentes do pregão, não aceitam as condições contratuais anteriores, conforme Lei 8.666/1993. Este serviço é imprescindível tendo em vista a necessidade de se garantir adequadas instalações aos servidores, discentes e a comunidade que procura diariamente atendimento no órgão, assim como a sanidade mínima dos ambientes para seus usuários.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COSGEM/MO	Edilson dos Santos Araújo
COAES/MO	Marinezio Gomes de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para garantir o atendimento adequado à necessidade especificada, faz-se imprescindível assegurar a presença de profissionais capacitados e em número suficiente para executar as funções auxiliares essenciais ao funcionamento ininterrupto e eficiente dos variados setores institucionais. Destaca-se a necessidade de suporte nos serviços laboratoriais, especialmente aqueles vinculados às atividades odontológicas, exigindo profissionais habilitados para manipulação de equipamentos e substâncias, em conformidade com as normas técnicas de biossegurança, como as dispostas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 275/2002 da Anvisa e demais regulamentos correlatos.

No tocante às atividades alimentícias, são requisitos básicos a observância de padrões de higiene, manipulação e preparo de alimentos – balizados por normas como a RDC nº 275/2002/Anvisa e a Portaria SVS/MS nº 326/1997 – e a garantia de distribuição adequada, respeitando as condições sanitárias e de saúde pública, com supervisão de profissionais qualificados conforme as exigências constantes na legislação trabalhista (CLT) e sanitária.

Em relação ao apoio à manutenção, a necessidade abrange profissionais com conhecimentos técnicos para realizar a conservação de instalações e equipamentos prediais, de acordo com as diretrizes previstas nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR 10 para atividades relacionadas à manutenção elétrica, e a NR 35 para trabalho em altura, além do cumprimento das normas ABNT relativas à construção civil e manutenção predial. Para as funções de serviços gerais, incluiu-se também a execução de limpeza, copa, jardinagem — sendo observadas práticas adequadas de manejo de áreas verdes, alinhadas à legislação ambiental municipal, estadual e federal.

O atendimento ao controle de acesso, acolhimento e portaria exige, ainda, profissionais adequadamente instruídos quanto às políticas de segurança institucional, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709/2018), integridade de instalações, com previsão de treinamento para situações de emergência ou contingência.

Todos os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. Tratam-se de serviços comuns, de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. A duração inicial do contrato será de 01 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme necessidade e conveniência da Administração.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas nos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

Descrição das funções segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (consulta em 24/10/2022)	
Auxiliar de Cozinha (CBO: 5135-05)	Os trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação auxiliam outros profissionais da área no pré-preparo, preparo e processamento de alimentos, na montagem de pratos. Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Auxiliar em saúde bucal (CBO3224-15)	Planejam o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Confeccionam e reparam próteses dentárias humanas, animais e artísticas. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e

	discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.
Auxiliar de serviços de manutenção (CBO 5143-10)	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Copeiro (CBO 5134-25)	Atendem os clientes, servem alimentos e bebidas em restaurantes, bares, cafeterias, hotéis, hospitais, empórios, navios cruzeiros, eventos, etc. Manipulam alimentos e preparam bebidas (sucos, coquetéis, drinques, aperitivos e cafés). Analisam sensorialmente bebidas, degustando amostras e classificam bebidas. Realizam serviços de bebidas, montando cardápio harmonizado, elaborando carta de bebidas e sugerem bebidas e harmonizações.
Cozinheiro/ Merendeira (CBO 5132-05)	Organizam e supervisionam serviços de cozinha em hotéis, restaurantes, hospitais, residências e outros locais de refeições, planejando cardápios e elaborando o pré-preparo, o preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos.
Eletricista (CBO 9511-05)	Planejam serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizam manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalam sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizam medições e testes. Elaboram documentação técnica e trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.
Jardineiro (CBO 6220-10)	Colhem policulturas, derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratamentos culturais, além de preparar o solo para plantio.
Pedreiro (CBO 7152-10)	Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos.
Porteiro (CBO 5174-10)	Recepcionam e orientam visitantes e hóspedes. Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário e devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- Deverá ser de tecido de boa qualidade e de forma que melhor se adeque ao prestador de serviço, procurando sempre proporcionar as melhores condições de higiene, segurança e conforto ao trabalhador;
- O uniforme deverá ser aprovado pela CONTRATANTE na ocasião da celebração do contrato;
- Caso seja motivadamente recusado, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para proceder à devida adequação;
- A Contratada ficará responsável pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários à boa apresentação dos uniformes;
- Os uniformes e seus complementos devem ser novos e com a numeração adequada a cada funcionário;

Deverá ser entregue 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 02 (um) conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

A contratada deverá fornecer uniformes, bem como prover os seus trabalhadores de equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança, que se fizerem necessários para execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança no trabalho;

Os serviços serão prestados em dias úteis, de segunda a sábado, com horário variável de início e encerramento, compreendido entre 6 h e 22 h com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Poderá haver redistribuição da jornada semanal de segunda a sexta-feira, a fim de compensar as horas não trabalhadas aos sábados, hipótese esta em que não ensejará direito à hora extra.

O licitante deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive quanto a localização do IFRN- Campus Mossoró. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Campus	Endereço	Telefone
Mossoró	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff - Mossoró-RN CEP: 59.628-330	(84) 3422-2652 / 2667

O licitante deve possuir a seguinte documentação, relativa à qualificação técnica:

- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e de declaração de contratos firmados;
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017 (a comprovação mínima do serviço, deverá totalizar 30 postos mensais);
- Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017;

O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação, declaração de que possui os documentos abaixo relacionados ou de que reunirá condições de apresentá-los no momento da assinatura do Contrato:

- Capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).

A observância de práticas de sustentabilidade é fundamental para oferecer os menores impactos negativos e os maiores positivos possíveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Para tanto, no âmbito ambiental, destaca-se a priorização pelo uso racional de recursos naturais, técnicas e produtos de menor impacto ambiental (conforme determinações da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, promovendo coleta seletiva e redução do desperdício nas atividades de limpeza, cozinha e jardinagem; além do uso de equipamentos eficientes em energia elétrica). No aspecto social, é relevante favorecer a promoção do trabalho digno, igualdade de oportunidades e inclusão social, como sugerem os princípios da Agenda 2030 da ONU e as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre contratações sustentáveis. Na esfera econômica, é importante buscar eficiência, qualidade e economicidade, conforme os princípios básicos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada relação custo-benefício e mediante avaliação comparativa de práticas do mercado público e privado.

O licitante deverá estar cadastrado e habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, situação que será confirmada por meio de consulta “on-line”. Será necessário para devida contratação, que o licitante esteja sem impedimentos junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Por fim, o licitante deve dispor a documentação de habilitação que será descrita no Termo de referência.

O licitante deverá declarar:

- Inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação inclusive na vigência do contrato, caso venha a ser contratado pelo IFRN;
- Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezois anos;

O licitante deverá apresentar Comprovante do endereço da filial, sede ou escritório a que os fiscais e gestor de contratos devem se reportar durante a execução do objeto, e que dispõe de capacidade operacional para realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. Deverá ainda enviar no ato de envio da proposta, forma de tributação de sua empresa, podendo fazer isso via Declaração de Débitos e Crédito Tributários Federais ou outro documento equivalente;

A contratada deverá colocar à disposição da contratante funcionários com no mínimo escolaridade ensino fundamental, para que estas consigam ler os rótulos dos materiais que devem ser utilizados cotidianamente, além de conseguir ler e interpretar materiais escritos de capacitação ou comunicados, avisos ou advertências que a empresa faça a(o) mesma (o);

A contratada deverá dispor de PREPOSTO NOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, com frequência de visitas semanais, com duração de pelo menos 8 (oito) horas por dia, para dirimir dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante, em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, assim como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's fornecidos pela contratada, sendo também necessário um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis, quando da ausência do Preposto;

O valor da proposta que a empresa apresentar deve levar em consideração, para os salários dos profissionais, as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) vigentes para cada categoria, com abrangência no município de Mossoró/RN, indicadas no Termo de Referência (TR) deste processo. Isso é importante tendo em vista evitar problemas com futuras repactuações, quando a convenção não abranger a cidade, por exemplo. Vale salientar que é de responsabilidade da empresa indicar a convenção que adotará na sua proposta.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Todos os requisitos aqui estabelecidos estão inseridos dentro do marco regulatório disposto pela Lei nº 14.133/2021, especialmente ao que trata o inciso II do §1º do artigo 18 (compatibilidade técnica e adequação ao objeto) e o inciso VII do artigo 12 (avaliação dos impactos ambientais, sociais e econômicos). Cumpre ressaltar ainda a observância dos normativos específicos acima citados, cuja análise detalhada é imprescindível para garantir conformidade legal, operacionalidade, padronização e transparência, promovendo, assim, o atendimento das necessidades institucionais de modo eficiente, sustentável e em consonância com o interesse público e a melhoria contínua dos serviços prestados.

5. Levantamento de Mercado

Neste ponto, foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para o atendimento da necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar. Deste modo, foi analisada a contratação atual, bem como contratações similares, inclusive de outros órgãos e entidades, mediante consulta a outros documentos licitatórios, com o intuito de identificar e buscar novas metodologias, tecnologias, inovações e soluções de mercado, que melhor atendessem às necessidades e interesses da Administração Pública.

Após pesquisas realizadas de licitações que envolvessem os serviços objeto desta contratação – apesar da dificuldade de encontrar uma licitação que envolvesse todos os cargos aqui pretendidos – observou-se que a solução mais usada pelos órgãos públicos têm sido a contratação de serviços de mão de obra juntamente com os materiais e equipamentos para cada categoria profissional. Apesar dessa evidência, discute-se adiante as soluções existentes para esse tipo de contratação discorrendo sobre a sua aplicabilidade para o IFRN- Campus Mossoró.

1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados nas funções de apoio operacional, manutenção predial, serviços laboratoriais, alimentação, limpeza, jardinagem, portaria e controle de acesso.

A contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços terceirizados abrange todas as funções auxiliares necessárias ao funcionamento institucional. Empresas desse segmento oferecem profissionais treinados, devidamente qualificados e em quantidade compatível às demandas de cada setor, além de possuírem estrutura para treinamento, supervisão, gestão de recursos humanos e substituição em caso de ausência. Tal solução garante maior flexibilidade, padronização dos procedimentos (observando normas técnicas e trabalhistas), compliance com as exigências legais e regulatórias do setor público (como CLT, RDC /Anvisa, NRs do Ministério do Trabalho, normas ambientais e LGPD), além de responsabilizar a contratada pelos encargos trabalhistas, administrativos e eventuais adequações técnicas. Economicamente, essa opção costuma proporcionar melhor relação custo-benefício devido à diluição de custos, ganhos de escala e redução de passivos trabalhistas para a Administração Pública.

Ainda permite flexibilidade e agilidade na adequação do quadro de profissionais frente a oscilações de demanda, ao mesmo tempo em que garante padrões mínimos de qualidade, segurança e sustentabilidade exigidos nos certames públicos.

Pontos Positivos:

- Flexibilidade e agilidade na gestão do quadro de profissionais conforme a demanda
- Padronização dos procedimentos e garantia de conformidade com normas técnicas e legais
- Responsabilização da contratada pelos encargos trabalhistas e administrativos
- Redução de passivos trabalhistas para a Administração Pública
- Melhoria da relação custo-benefício mediante ganhos de escala e diluição de custos

Pontos Negativos:

- Risco de dependência excessiva de terceiros para funções essenciais
- Possibilidade de rotatividade elevada e perda de conhecimento institucional
- Desafios na fiscalização e controle da execução dos serviços terceirizados
- Potencial para conflitos trabalhistas envolvendo funcionários da contratada
- Dificuldade na garantia de comprometimento dos terceirizados com a missão institucional

2 - Utilização de contratos mistos de prestação de serviços, associando empresas terceirizadas para funções mais especializadas (laboratorial/ saúde, manutenção predial, alimentação) e provimento próprio para funções de apoio e serviços gerais.

Esta alternativa prevê uma combinação entre provimento próprio de parte dos cargos (como apoio administrativo ou serviços gerais de menor complexidade) e terceirização especializada dos serviços que exigem maior qualificação técnica, risco ou conformidade regulatória, como laboratórios, manutenção predial e alimentação coletiva. Permite alguma internalização do conhecimento organizacional e contato direto com o público em postos estratégicos, mantendo flexibilidade e acesso à expertise externa para atividades técnicas e de maior responsabilidade. Esse modelo pode favorecer equilíbrio de custos e garantir continuidade dos serviços essenciais, porém exige gestão contratual e administrativa mais complexa e rigorosa, além de supervisionar em paralelo servidores próprios e prestadores terceirizados, o que pode elevar a demanda de recursos administrativos e gerar eventuais conflitos de atribuições. Também pode comprometer a uniformidade dos padrões de qualidade e dificultar a operacionalização de políticas integradas de sustentabilidade e compliance.

Pontos Positivos:

- Equilíbrio entre internalização do conhecimento e acesso à expertise especializada
- Flexibilidade na gestão de diferentes tipos de serviços
- Possibilidade de garantir continuidade dos serviços essenciais
- Contato direto com o público em postos estratégicos
- Potencial para otimização de custos operacionais

Pontos Negativos:

- Gestão contratual e administrativa mais complexa
- Maior demanda de recursos administrativos para supervisão integrada
- Potenciais conflitos de atribuições entre servidores próprios e terceirizados
- Risco de comprometimento da uniformidade de padrões de qualidade
- Dificuldade na operacionalização de políticas integradas de sustentabilidade e compliance

Além disso, a contratação desses serviços podem ocorrer de duas formas principais: com ou sem o fornecimento de ferramentas. No caso de serviços que exigem ferramentas específicas, a contratação com fornecimento é mais comum, garantindo que o prestador tenha os recursos necessários para realizar o trabalho de forma eficiente. No entanto, em alguns casos, a contratação pode ser feita sem o fornecimento de ferramentas, sendo responsabilidade do prestador de serviço provê-las.

a) Contratação com Fornecimento de Ferramentas:

Pontos Positivos

- O fornecedor é responsável por garantir que as ferramentas sejam adequadas e estejam em boas condições de uso.
- O prestador de serviço pode focar no trabalho, sem se preocupar com a aquisição e manutenção das ferramentas.

- Facilita o controle da qualidade e segurança das ferramentas.

Pontos Negativos:

- O custo da contratação pode ser mais elevado devido à inclusão do valor das ferramentas.
- A empresa contratante deve garantir que as ferramentas sejam devidamente identificadas e que o prestador de serviço tenha treinamento para utilizá-las.
- A empresa contratante deve garantir que as ferramentas estejam seguras e que sejam adequadas para a realização do serviço.

b) Contratação sem Fornecimento de Ferramentas:

Pontos Positivos

- O custo da contratação pode ser menor, pois não há o custo das ferramentas.
- O prestador de serviço tem a liberdade de escolher as ferramentas que melhor se adequam ao seu estilo de trabalho.

Pontos Negativos:

- O prestador de serviço é responsável por garantir que as ferramentas sejam adequadas e estejam em boas condições de uso.
- A empresa contratante deve definir claramente as ferramentas que o prestador de serviço deve utilizar.
- A empresa contratante deve garantir que o prestador de serviço tenha treinamento para utilizar as ferramentas.

Alternativa Escolhida

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados nas funções de apoio operacional, manutenção predial, serviços laboratoriais, alimentação, limpeza, jardinagem, portaria e controle de acesso. E sem fornecimento de ferramentas e materiais.

Justificativa

A contratação de empresa terceirizada é a alternativa mais tecnicamente e economicamente vantajosa, pois simplifica a gestão de pessoal, assegura conformidade legal com as normativas técnicas, sanitárias, ambientais e trabalhistas, otimiza os custos operacionais e administrativos, e garante maior flexibilidade na adequação e reposição imediata de profissionais. A terceirização possibilita acesso a equipes capacitadas, treinadas regularmente, com supervisão e gestão de desempenho especializadas, refletindo em melhores indicadores de eficiência, continuidade dos serviços e atendimento de padrões de qualidade exigidos pelo público e pela legislação. Além disso, os encargos e riscos trabalhistas são transferidos à prestadora, reduzindo o passivo e as obrigações da Administração, e permitindo maior foco institucional às atividades-fim. Devido ao tempo escasso e a necessidade eminente de contratação, será sem fornecimento de ferramentas e materiais, possibilitando um custo de contratação menor e possibilitará um maior número de empresas em disputa ao Pregão. A alternativa selecionada atende plenamente ao interesse público, às diretrizes de sustentabilidade, eficiência e economicidade preconizadas na Lei 14.133/2021 e demais normativos correlatos.

Esse tipo de solução conta, ainda, com vários suportes que mitigam os riscos inerentes a um processo de licitação, como a elaboração de Mapas de Risco, de maneira a ponderar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão do contrato; Termo de Referência; e Edital, juntamente com seus respectivos anexos, facilitando a visualização, por parte dos licitantes interessados, das obrigações na participação do certame. Após realizada a licitação faz-se necessária a formalização do contrato, com a apresentação da garantia legal e a formalização da conta vinculada, para fins pagamento de obrigações trabalhistas, formalização do preposto do contrato e, por conseguinte, a sua fiscalização.

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para atender às necessidades institucionais consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados nas funções de apoio operacional, manutenção predial, serviços de auxiliar bucal, alimentação, limpeza, jardinagem, portaria e controle de acesso. Esta alternativa foi selecionada após criteriosa análise das necessidades detectadas e dos requisitos técnicos, legais, econômicos e de sustentabilidade estabelecidos, alinhando-se plenamente às premissas definidas pelo inciso VII do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 e pelo inciso IV do artigo 7º da IN nº 40/2020, assim como aos demais marcos regulatórios aplicáveis.

A contratação de empresa terceirizada atende de modo amplo e eficaz à necessidade primordial de garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos diversos setores institucionais, promovendo flexibilidade e rapidez na reposição e adequação do quadro de profissionais à medida em que as demandas variam. Empresas especializadas dispõem de estrutura adequada para recrutamento, capacitação, atualização técnica, supervisão direta e substituição ágil de pessoal, permitindo que a instituição mantenha os serviços essenciais sempre disponíveis, sem prejuízo do atendimento ao público, da integridade das instalações físicas e do cumprimento das metas institucionais.

Essa solução proporciona ganhos substanciais de economicidade e eficiência administrativa, pois reduz os custos e a burocracia inerentes à seleção, supervisão direta e gestão trabalhista normalmente atribuídos à Administração Pública, dilui custos por meio da escala operacional das prestadoras e aprimora os controles de qualidade e resultados mediante contratos com indicadores de desempenho. Facilita, ainda, a adoção e fiscalização de medidas de sustentabilidade, permitindo a exigência de práticas ambientais e sociais responsáveis conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as diretrizes de contratações sustentáveis previstas na Lei nº 14.133/2021.

Em síntese, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados revela-se a solução que atende melhor às necessidades institucionais por sua capacidade de garantir continuidade, eficiência, padronização, segurança e sustentabilidade nos serviços auxiliares. Pela centralização de obrigações trabalhistas e administrativas nas empresas contratadas, assegura maior disponibilidade operacional, mitiga passivos para a Administração, oferece flexibilidade para ajustes diante de variações de demanda e permite o foco dos gestores nas atividades-fim, contribuindo decisivamente para o cumprimento das políticas públicas, a preservação do patrimônio, a melhoria contínua dos serviços ofertados à população e o atendimento digno e eficiente dos usuários, em consonância integral com o interesse público e os princípios legais aplicáveis.

Por fim, para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão (Lei nº 10.520/02), no formato eletrônico (Decreto nº 10.024/19), para a contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra nos serviços de auxiliar em saúde bucal, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços de manutenção, carpinteiro, copeiro, cozinheiro/ merendeira, eletricista, jardineiro, pedreiro e porteiro, para prover a manutenção e conservação da infraestrutura assim como atender as demandas dos alunos do IFRN - Campus Mossoró. O certame deverá possibilitar a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos serviços foram inicialmente definidos mediante realização de levantamento junto aos campi interessados na contratação, ocasião na qual tiveram a possibilidade de indicar suas respectivas estimativas de consumo individualizadas.

Posteriormente foi elaborado o Documento de Oficialização da Demanda conforme Anexo II da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

O cálculo da estimativa foi baseado nos quantitativos das últimas contratações, nos contratos atualmente vigentes nos campi participantes, e posteriormente realizados alguns ajustes para que se fizesse refletir a atual demanda institucional. Desta forma, a quantidade total de itens a serem contratados encontram-se detalhados na tabela abaixo:

Campus demandante	Item	Descrição do serviço	Unidade de fornecimento	Carga horária semanal	Quantidade solicitada
Mossoró	1	Prestação de serviço de Auxiliar em saúde bucal	Posto	44h semanais	1
	2	Prestação de serviço de Auxiliar de cozinha	Posto	44h semanais	2
	3	Prestação de serviço de Auxiliar de serviços de manutenção	Posto	44h semanais	3
	5	Prestação de serviço de Copeiro	Posto	44h semanais	1
	6	Prestação de serviço de Cozinheiro/ Merendeira	Posto	44h semanais	2
	7	Prestação de serviço de Eletricista	Posto	44h semanais	1
	8	Prestação de serviço de Jardineiro	Posto	44h semanais	1
	9	Prestação de serviço de Pedreiro	Posto	44h semanais	1
	10	Prestação de serviço de Porteiro	Posto	44h semanais	6

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 943.810,92

No âmbito das aquisições públicas, a pesquisa de preços possui como uma das principais finalidades, estimar o custo do objeto para fins de análise quanto à existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa com a contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas.

O inciso II do § 1º do art. 23. da Lei 14.133 de 2021 apresenta a necessidade de que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. Fundamenta-se ainda na Instrução Normativa Nº 65, de 07 de Julho de 2021, do Ministério da Economia, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A lei exige a realização de pesquisa de preços para determinar o valor estimado da contratação, utilizando fontes como bancos de dados públicos, pesquisa em mídia especializada, contratações similares realizadas pela administração pública e, quando aplicável, sistemas de custos adotados pelo ente federativo. A lei enfatiza a importância de detalhar a composição dos custos e a formação do preço na planilha orçamentária (anexo I), garantindo a transparência do processo. No regime de dedicação exclusiva a maior dificuldade encontrada é para apuração desse preço estimado. Isso porque, para instrumentos com esse escopo, os custos envolvidos são variados, envolvendo fontes de consulta muito amplas. Ademais, a tributação a ser aplicada depende do tipo de atividade, do perfil da mão de obra e do enquadramento fiscal da empresa.

Desse modo a formação do preço estimado da contratação foi balizado por meio de planilhas de composição de custos. O resultado após planilha de forma ao de custo encontra-se detalhado no quadro abaixo:

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Quant. de postos /mês	Unidade Posto	Quant. a ser registrada (posto/mês)	Valor unitário	Valor total anual
1	1	25046	Prestação de serviço de Auxiliar em saúde bucal - 44h semanais	1	Posto	12	R\$ 3.940,92	R\$ 47.291,04
	2	22861	Prestação de serviço de Auxiliar de cozinha - 44h semanais	2	Posto	24	R\$ 4.404,96	R\$ 105.719,04
	3	25631	Prestação de serviço de Auxiliar de serviços de manutenção - 44h semanais	3	Posto	36	R\$ 4.356,79	R\$ 156.844,44
	4	14397	Prestação de serviço de Copeiro - 44h semanais	1	Posto	12	R\$ 3.917,18	R\$ 47.006,16
	5	19399	Prestação de serviço de Cozinheiro/ Merendeira - 44h semanais	2	Posto	24	R\$ 4.965,78	R\$ 119.178,72
	6	14354	Prestação de serviço de Eletricista - 44h semanais	1	Posto	12	R\$ 6.296,88	R\$ 75.562,56
	7	24325	Prestação de serviço de Jardineiro - 44h semanais	1	Posto	12	R\$ 4.174,71	R\$ 50.096,52
	8	22160	Prestação de serviço de Pedreiro - 44h semanais	1	Posto	12	R\$ 4.849,39	R\$ 58.192,68
	9	8729	Prestação de serviço de Porteiro - 44h semanais	6	Posto	72	R\$ 3.943,33	R\$ 283.919,76
Valor total estimado da contratação								R\$ 943.810,92

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Buscando-se o aumento da competitividade, sendo tecnicamente possível e inexistindo prejuízo à economia de escala ou ao conjunto da contratação, as disputas licitatórias devem ser divididas em parcelas ou itens (adjudicação por itens), gerando certames autônomos, mesmo que em um mesmo edital, de forma a beneficiar o aumento da competitividade.

Assim já prevê a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que estabeleceu que “é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

Ocorre que, conforme a própria súmula supracitada, o raciocínio de parcelamento ou adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode prejudicar a economia de escala e gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

O próprio TCU já entendeu em algumas ocasiões que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (Acórdão 5301/2013-TCU-Segunda Câmara).

De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação, ou não, de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada, fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

Além disso, analisando mais atentamente a contratação em questão, é notório que os itens demandados guardam entre si uma relação de similaridade operacional e de objetivo comum. A decisão de haver apenas um grupo na licitação para contemplar apenas uma empresa como vencedora por campus amplia a vantajosidade para as empresas participantes, sendo mais atrativo economicamente, tornando mais viável a presença de um preposto no local da prestação dos serviços, bem como torna-se mais fácil para a administração a gestão do futuro contrato com apenas um fornecedor.

Diante do exposto, o certame em apreço deverá ser estruturado em 01 único grupo que contempla os postos a serem contratados pelo IFRN-MO, sem a necessidade da distribuição em lotes. Recomenda-se, portanto, a utilização do critério de adjudicação do objeto por grupo, sendo dispostos da seguinte forma:

Grupo	Campus demandante	Item	Descrição
1	Mossoró	1	Auxiliar de coxinha
		2	Auxiliar em saúde bucal
		3	Auxiliar de serviços de manutenção
		4	Copeiro
		5	Cozinheiro
		6	Eletricista
		7	Jardineiro
		8	Pedreiro
		9	Porteiro

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFRN, conforme quadro a seguir:

Projeto básico	MA - Otimização dos gastos com contratos continuados
Etapa	4 - Execução dos contratos continuados com locação de mão de obra
Atividades	Contratos continuados com locação de mão de obra - Manutenção predial
Origem de recurso	MA.20RL.171168.3

Projeto básico	AC - Rotinas de atividades estudantis
Etapa	1 - Acompanhamento do planejamento e da implementação das ações e programas da assistência estudantil
Atividades	Contratos continuados com locação de mão de obra - Aux. em saúde bucal, Aux. de cozinha, Cozinheiro
Origem de recurso	AC.2994.171169.3

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a futura contratação, espera-se manter a execução dos serviços prestados e atividades realizadas pelo IFRN-MO, para que não haja interrupção do fazer institucional, apoiado no ensino, pesquisa e extensão. Em termos econômicos, é evidente que o tipo de serviço objeto da contratação é vantajoso e economicamente viável, pois a instituição atualmente já dispõe de contratos para suprir tais demandas, nos mesmos moldes aqui descritos. O propósito da nova contratação é a substituição dos contratos existentes por novos, visando uma melhor fiscalização e controle dos serviços prestados, além do atendimento dos prazos estabelecidos com base no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, espera-se que com a contratação sejam alcançados os seguintes resultados:

- Proporcionar os serviços de manutenção e conservação em conformidade com a atual estrutura dos campi e fornecimento de insumos em quantidade adequada pela contratada;
- Suporte na realização das atividades acadêmicas e administrativas;
- Rapidez no atendimento à demanda dos serviços;
- Garantir uma boa prestação de serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.
- Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Padronização das descrições, requisitos e valores dos cargos, assim como dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual;
- Atendimento a todos os preceitos legais.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de nenhum tipo de adequação ou providência a ser adotada, visto que a instituição já oferece ambiente propício à execução dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços demandados apresentam como eventuais pontos críticos referentes a impactos ambientais o descarte de embalagens e resíduos resultantes do uso dos materiais a serem fornecidos, o desperdício desses mesmos materiais, assim como o consumo de água e energia elétrica. Portanto, a contratada deverá instruir seus colaboradores sobre a importância das políticas de sustentabilidade. A prestação do serviço deverá ser pautado em boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição, uso racional de água, energia elétrica e insumos, adotando medidas para evitar o desperdício.

Com esse propósito, de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, são considerados critérios e práticas sustentáveis a serem observados na aquisição de bens e contratação de serviços e obras, entre outras: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. (Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

Além destes, conforme Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, em seu Art. 6º, as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- I – uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II – adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III – Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V – realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII – previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento aponta como viável esta contratação, considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum do item, e pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o

interesse público. Por fim, esse estudo indica a contratação por meio de Licitação, por pregão, na forma eletrônica conforme disposto Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDILSON DOS SANTOS ARAUJO

Membro da comissão de contratação

MARINEZIO GOMES DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

JOSE WILSON FIRMINO JUNIOR

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 29/08/2025 às 17:16:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha dos custos.pdf (786.2 KB)
- Anexo II - Fardamento.pdf (455.59 KB)
- Anexo III - Memoria de calculo.pdf (82.21 KB)

Documento Digitalizado Público

ETP 09/2025 - Serviços de Manutenção, Portaria, Auxiliar de Saúde Bucal, Auxiliares de Cozinha e Merendeira.

Assunto: ETP 09/2025 - Serviços de Manutenção, Portaria, Auxiliar de Saúde Bucal, Auxiliares de Cozinha e Merendeira.
Assinado por: Wilson Junior
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Jose Wilson Firmino Junior, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 01/09/2025 16:08:28.

Este documento foi armazenado no SUAP em 01/09/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2300183
Código de Autenticação: 02288076b7

